

7º SIMULADO

# TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 7º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-19-04-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO I****MP-SP: Medidas protetivas por violência doméstica sobem 29%**

Houve crescimento de 29,2% no número de medidas protetivas tomadas em caráter de urgência em março ante fevereiro, quando não havia pandemia de coronavírus. Foram registrados 2,5 mil casos ante 1.934 no mês anterior. O auto de prisão em flagrante aumentou 51% - de 177, em fevereiro, para 268.

Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano, já havia sido registrado aumento de 23,5%, de 1566 para 1934 casos. Nesse período, no entanto, houve uma queda de 10% das prisões em flagrante - diminuiu de 197 casos para 177. A Organização das Nações Unidas (ONU) já havia alertado para essa possibilidade, pois a maioria dos atos de violência e feminicídios acontece justamente em casa.

Em São Paulo, as vítimas de violência doméstica podem fazer a denúncia online na Delegacia Eletrônica da Polícia Civil. Desde o dia 25, injúria, insultos e calúnias podem ser reportados sem a necessidade de que a vítima saia de casa. Mas em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais, como estupro e agressão física, a recomendação é ir à delegacia da mulher.

A nota da Promotoria também informa que os números devem ser maiores do que os registrados, pois durante o isolamento as vítimas são mais facilmente controladas por seus parceiros. Além disso, não há como se quantificar a violência pelos números de inquéritos, pois os prazos processuais estão suspensos durante a pandemia.

A Secretaria de Segurança Pública informou que só dará informações sobre o período da quarentena referente ao mês de março de 2020 no dia 25 de abril.

<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/mulher/mp-sp-medidas-rotetivas-por-violencia-domestica-sobem-29,e564925b4648326a4f987cc0603bd026nwxfewzy.html>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

**01.** De acordo com o texto,

- a) não havia pandemia de coronavírus em março.
- b) foram registrados 2,5 mil casos de violência doméstica em fevereiro.

- c) o auto de prisão em flagrante aumentou para 268, em fevereiro.
- d) em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais, não há queixa online.
- e) a suspensão dos prazos processuais dificulta a contabilização dos casos de violência.

**02.** Infere-se do texto que

- a) do fato de a maioria dos casos de violência ou feminicídio ocorrerem em casa decorre a redução no número de prisões em flagrante.
- b) a redução das prisões em flagrante num cenário de aumento de casos surpreendeu a Organização das Nações Unidas.
- c) estupro e agressão física são os únicos crimes que demandam coleta presencial de materiais.
- d) os dados fornecidos e a referência à Organização Mundial da Saúde constroem um quadro do cenário mundial da violência doméstica.
- e) Os dados estatísticos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde apontam para um cenário de pessimismo.

**03.** No segmento “Nesse período, no entanto, houve uma queda de 10% das prisões em flagrante” (2º parágrafo), prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do elemento sublinhado por:

- a) mas
- b) porém
- c) entretanto
- d) todavia
- e) contudo

**04.** O texto acima exemplifica ocorrência

- a) do gênero notícia
- b) do gênero descritivo
- c) de um relato pessoal
- d) de elementos injuntivos
- e) de uma sequência argumentativa

05. No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “ante” foi empregado com sentido de

- a) diante de
- b) perante o
- c) em relação a
- d) antes de
- e) em virtude de

06. Quanto às estruturas e ideias no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em “a maioria dos atos de violência e feminicídios acontece justamente em casa” (2º parágrafo), a forma verbal poderia ser flexionada também no plural, sem prejuízo à correção gramatical.
- b) Em “a recomendação é ir à delegacia da mulher” (3º parágrafo), o acento grave indicativo de crase marca a fusão de artigo feminino com preposição obrigatória exigida pelo verbo “ir”.
- c) A vírgula após “Desde o dia 25” (3º parágrafo) é facultativa.
- d) Sem prejuízo gramatical, o termo “Além disso” (4º parágrafo) poderia ser substituído por “Ademais”.
- e) Em “A Secretaria de Segurança Pública informou que só dará informações sobre o período da quarentena referente ao mês de março de 2020 no dia 25 de abril” (5º parágrafo), verifica-se ocorrência de discurso indireto.

07. As formas verbais “podem” (3º parágrafo) e “devem” (4º parágrafo) expressam, respectivamente, noções de

- a) probabilidade e capacidade
- b) possibilidade e probabilidade
- c) permissão e capacidade
- d) permissão e obrigação
- e) probabilidade e obrigação

08. O uso do vocábulo “deste” em “Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano” (2º parágrafo) indica a intenção de se fazer

- a) referência a algo ainda não mencionado no texto
- b) a marcação temporal de um enunciado

- c) a retomada de uma informação anterior
- d) indicação da proximidade de um objeto
- e) o distanciamento de uma informação

09. Sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido original do texto, a forma “havia sido registrado” (2º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) fora registrada
- b) tinha sido registrada
- c) registrou-se
- d) registraram-se
- e) fora registrado

10. No segmento “Houve crescimento de 29,2%” (1º parágrafo), o termo sublinhado desempenha a mesma função sintática que

- a) Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano (2º parágrafo)
- b) Em São Paulo (3º parágrafo)
- c) A nota da Promotoria (4º parágrafo)
- d) que os números devem ser maiores do que os registrados (4º parágrafo)
- e) em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais (3º parágrafo)

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

Marcos Girão

11. Considerando o texto da LODERJ, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, EXCETO:

- a) Tribunal Pleno.
- b) Órgão Especial.
- c) Seções Especializadas.
- d) Câmaras.
- e) Turmas.

12. Conforme a LODERJ, os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre ----, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência, não havendo expediente no período compreendido entre ----, inclusive. Marque a alternativa que completa corretamente as lacunas acima:

- a) 20 de dezembro e 20 de janeiro e 20 de dezembro e 06 de janeiro.
- b) 19 de dezembro e 20 de janeiro e 20 de dezembro e 06 de janeiro.
- c) 21 de dezembro e 20 de janeiro e 20 de dezembro e 06 de janeiro.
- d) 18 de dezembro e 20 de janeiro e 20 de dezembro e 06 de janeiro.
- e) 20 de dezembro e 20 de janeiro e 20 de dezembro e 10 de janeiro.

13. Segundo a Lei n.º 4.620/2005, em relação à carreira é correto afirmar que:

- a) As áreas de atividade estabelecidas pelo Regulamento não poderão comportar grupos e especialidades.
- b) As atribuições dos cargos, nas áreas de atividade, serão descritas em Regulamento, bem como a distribuição de vagas do Quadro Único de Pessoal, observadas as atribuições específicas dos cargos anteriormente ocupados, sem prejuízo de seu novo enquadramento.
- c) A direção de serventia judicial de primeira instância é privativa do titular de cargo de Analista Judiciário da Área Judiciária, que integrar a última classe e padrão da carreira, na forma disposta em Regulamento.
- d) Se o número de serventias judiciais for superior ao número de vagas existentes no padrão, a direção da serventia judicial poderá ser ocupada por Analista Judiciário que integre o padrão imediatamente inferior da mesma classe.
- e) Ao servidor que se encontrar na direção de serventias de Juízo e de Juizados Especiais é conferida a denominação funcional de Escrivão.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

Herbert Almeida

14. Acerca das formas de provimento, de acordo com o Decreto Estadual nº 2.479/1979, é correto afirmar que:

- a) a nomeação será feita para cargo em comissão, quando se tratar de cargo de classe singular.
- b) a reintegração decorre apenas de decisão judicial, em relação ao funcionário exonerado *ex-officio*.
- c) quando houver mais de um funcionário para ser aproveitado, concorrendo à mesma vaga, a escolha será feita por sorteio.
- d) caso julgado incapaz após ser submetido a inspeção médica, o funcionário reintegrado será aposentado.
- e) a readaptação aplica-se ao servidor não estável, desde que seja realizada prévia inspeção por junta médica do órgão competente.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

Tiago Zanolla

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão jurisdicional do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) conselho da magistratura
- c) seções cíveis
- d) grupos de câmaras
- e) câmaras

16. À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juizes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar

- a) parecer, rotina administrativa e ordem de serviço.
- b) memorando, parecer e certidão.
- c) manual, parecer e rotina administrativa.
- d) ofício, declaração e atestado.
- e) rotina administrativa, memorando e declaração.

17. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Provimento é instrumento de caráter normativo externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.
- b) Convocação é instrumento pelo qual se convoca Magistrados, Defensores e Membros do Ministério Públicos para participarem de atividades administrativas.
- c) Aviso é instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, exclusivamente no âmbito interno.
- d) Ato Reservado é instrumento, por meio do qual, o Corregedor-Geral da Justiça dá ciência aos Magistrados de decisões judiciais, exaradas em processos judiciais ou administrativos, que tramitam em segredo de justiça.
- e) Convocação é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

18. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, correição-geral ordinária é realizada

- a) mensalmente
- b) semestralmente
- c) anualmente
- d) bianualmente
- e) sempre que necessária

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 prevê compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida. Considerando o direito à vida, assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa e, assim, em nenhuma situação ela será considerada vulnerável.

- b) Em casos graves, a pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- c) Em nenhuma hipótese o consentimento da pessoa com deficiência poderá ser suprido.
- d) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- e) A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte. As emergências de saúde, por sua vez, carecem do consentimento da pessoa.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

Paulo Guimarães

20. A respeito de moral, ética e valores, julgue os itens que se seguem

- I - A tradição é um dos elementos que formam a moral de uma sociedade.
- II - O imperativo categórico, para ser considerado ético, deve limitar-se a determinado grupo social e, portanto, não possuir caráter universal.
- III - Os valores éticos possuem origem na natureza e são independentes da cultura social.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e III.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

**21.** A legislação brasileira estabelece prazo decadencial para que o poder público invalide atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, ao mesmo tempo em que proíbe a aplicação retroativa de novas interpretações e protege o direito adquirido.

Os preceitos acima mencionados relacionam-se direta e especificamente com o princípio da:

- a) supremacia do interesse público.
- b) motivação.
- c) autotutela.
- d) segurança jurídica.
- e) coerência administrativa.

**22.** Assinale a idade mínima para a aposentadoria voluntária sob o regime próprio de previdência social atualmente aplicável no âmbito da União:

- a) 65 anos de idade, se mulher, e aos 68 anos de idade, se homem.
- b) 63 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- c) 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- d) 60 anos de idade, se mulher, e aos 62 anos de idade, se homem.
- e) 55 anos de idade, se mulher, e aos 60 anos de idade, se homem.

**23.** Havendo modificação no edital após sua divulgação, exige-se

- a) divulgação pela forma que a autoridade competente entender que melhor atenda ao interesse público, mantendo-se o prazo anteriormente estabelecido.
- b) divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, mantendo-se o prazo anteriormente estabelecido.
- c) divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, em qualquer situação.

d) divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

e) anulação do edital anterior e deflagração de novo certame licitatório, utilizando-se numeração diversa.

**24.** Suponha que, após a realização de licitação sob a modalidade pregão, determinada sociedade empresária foi contratada para prestar serviços de limpeza e conservação das repartições públicas de órgão público do Estado do Rio de Janeiro. Buscando maximizar sua eficiência operacional e lucratividade, a empresa pretende subcontratar a prestação dos serviços. Considerando o que dispõe a Lei 8.666/1993, é correto afirmar que a contratação

- a) não é admitida, visto que o contrato administrativo é celebrado intuitu personae.
- b) seria admitida, total ou parcialmente, desde que houvesse previsão editalícia e contratual.
- c) seria admitida, apenas totalmente, desde que houvesse previsão editalícia e contratual.
- d) seria admitida, apenas parcialmente, se houvesse atendimento aos requisitos legais e respeito aos limites estabelecidos pela Administração.
- e) não é admitida, visto que o contrato administrativo é comutativo.

**25.** O Secretário de Urbanismo e Posturas de determinado município, Sr. Bandeirante do Brasil, no exercício regular das atribuições de seu cargo, editou portaria designando os agentes públicos Aeronauta Barata da Terra e Asteróide Silvério da Silva, que lhe são diretamente subordinados, para apurar denúncias recebidas quanto à execução de obras irregulares. No exercício de suas competências legais, os dois fiscais determinaram o embargo de uma obra, em razão da identificação de graves irregularidades, bem como da inexistência do necessário alvará de construção.

Os atos administrativos consistentes na portaria de designação e o embargo da obra representam, respectivamente, manifestação dos poderes

- a) hierárquico e disciplinar.
- b) hierárquico e de polícia.
- c) disciplinar e de polícia.
- d) advocatário e disciplinar.
- e) de polícia e hierárquico.

**26.** Durante a quarentena a que se submeteu determinado município brasileiro, dois concursandos, Caio e Tício, conversavam sobre as aulas de Direito Administrativo do professor Mévio. Caio afirmou à Tício, em relação a uma das teorias da responsabilidade civil do Estado, que o poder público responderia caso comprovada falha na prestação do serviço público, independentemente da identificação do agente causador do dano ou da comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.

Sabe-se que a definição mencionada por Caio consiste na

- a) teoria da culpa comum.
- b) teoria da culpa administrativa.
- c) teoria do risco administrativo.
- d) teoria da irresponsabilidade do Estado.
- e) teoria do risco integral.

**27.** No que se refere à classificação e às espécies dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) certidão é exemplo de ato enunciativo e constitutivo.
- b) autorização consiste em ato de caráter irrevogável.
- c) licença para exercício de determinada atividade econômica constitui exemplo de ato vinculado.
- d) despacho é exemplo de ato negocial.
- e) multa imposta em decorrência do poder de polícia é exemplo de ato autoexecutório.

**28.** Quanto ao processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) o início do processo é marcado pela sua instrução, que pode se dar de ofício ou a pedido do interessado.

- b) havendo múltiplos interessados com requerimentos com conteúdo e fundamento idênticos, os entes públicos deverão criar modelos ou formulários padronizados.
- c) havendo múltiplos interessados, com requerimentos diversos para pretensões equivalentes, como regra geral, eles poderão se unir e formular um único requerimento.
- d) considera-se suspeito para atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo.
- e) o servidor que incorrer em impedimento tem o dever de comunicar o fato à autoridade competente, sob pena de ter praticado falta grave para efeitos disciplinares.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Ricardo Vale

**29.** Em resposta a agressão armada estrangeira, o Presidente da República, mediante decreto, decide declarar guerra e, no plano interno, adotar uma série de providências, incluindo a imediata decretação do estado de sítio e a previsão das penas de prisão perpétua e de trabalhos forçados para determinados tipos de crimes. Por fim, ficou determinado que as imunidades parlamentares, de que dispõem deputados federais e senadores, ficariam suspensas durante a vigência da medida. Segundo as regras contidas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Tanto a declaração de guerra quanto o estado de sítio devem ser feitos por meio de lei complementar, não podendo o Poder Executivo impor tais medidas, por ato próprio.
- b) As penas de prisão perpétua e de trabalhos forçados são, em regra, vedadas pela CF/88, podendo ser adotadas, excepcionalmente, em situações de guerra declarada.
- c) Tanto a declaração de guerra quanto a decretação do estado de sítio são atos de competência do Poder Executivo, o que, no entanto, não dispensa a autorização do Congresso Nacional.



- d) Apenas a pena de morte, como medida que, em regra, é vedada pela atual Constituição, pode ser autorizada na vigência do estado de sítio, mas jamais a prisão perpétua e a de trabalhos forçados.
- e) No estado de sítio subsistem as imunidades parlamentares, desde que a hipótese que o ensejou não seja a de guerra declarada, sendo, portanto, constitucional a determinação presidencial.

**30.** O prefeito de determinado município, sob a justificativa do cumprimento às disposições contidas na lei que instituiu o Plano Diretor, decidiu implementar procedimentos adicionais de ordenação do espaço urbano, determinando que fossem retirados todos os outdoors e letreiros de estabelecimentos comerciais das maiores avenidas da cidade. Diante da postura demonstrada pelo sindicato representante da categoria, que entendia não possuir legitimidade para a defesa judicial de apenas parte de seus associados, os comerciantes afetados pela medida decidiram, então, formar uma associação com o objetivo de acionar o Poder Judiciário pela via do mandado de segurança coletivo. É possível concluir, à luz do que estabelece a CF/88, que:

- a) O mandado de segurança coletivo poderia ser impetrado diretamente no Tribunal de Justiça do Estado correspondente, tanto pelo sindicato quanto pela associação, após o devido registro de seu estatuto perante o órgão competente.
- b) Apenas a associação detém legitimidade ativa para atuar na defesa dos interesses de seus associados, mas necessitará de expressa autorização por parte destes para representá-los em juízo.
- c) O sindicato apenas poderia impetrar mandado de segurança coletivo visando à defesa da totalidade de seus membros, situação em que o órgão competente para o julgamento seria o Superior Tribunal de Justiça.
- d) As duas entidades mencionadas são legitimadas à impetração do mandado de segurança coletivo, devendo o sindicato valer-se da substituição processual, enquanto a associação poderá utilizar-se da representação processual.
- e) Não procede a alegação de ilegitimidade apresentada pelo sindicato que, ao contrário da

recém-criada associação, não cumpre os requisitos formais para tanto.

**31.** Foi expedida, pela justiça espanhola, carta rogatória solicitando o depoimento de testemunha residente na cidade do Rio de Janeiro. Com base nas regras de competência fixadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

- a) O depoimento da testemunha deverá ser colhido pelo STJ, após concessão do *exequatur* pelo STF.
- b) O pedido deverá ser avaliado pela justiça federal que, verificando estarem presentes os requisitos legais para a concessão do *exequatur*, deverá remeter os autos para a justiça estadual, a quem cabe a execução da medida.
- c) Cabe ao Tribunal Regional Federal respectivo, a quem compete julgar conflitos envolvendo Estados estrangeiros e pessoas residentes no país, a análise e execução da referida solicitação.
- d) O pedido deverá ser analisado pelo STJ que, após conceder o *exequatur*, deverá remeter os autos para cumprimento da ordem pelo juiz federal competente.
- e) Por meio do *exequatur*, o STF irá verificar se o ato solicitado pela autoridade estrangeira é compatível com o ordenamento jurídico interno e, só então, a carta rogatória poderá ser cumprida pelo juiz federal.

**32.** Clóvis pertence ao quadro de servidores de determinada autarquia estadual, onde exerce funções relacionadas à manutenção e à segurança da entidade. Em virtude do aumento repentino da quantidade de trabalho, os servidores foram requisitados a cumprir horas adicionais, inclusive no período noturno. Clóvis, considerando que suas atribuições vêm sendo desempenhadas em condições de maior risco durante a noite, decide consultar seu advogado para saber quais direitos ele poderá requerer perante a Administração Pública. Nessas condições, é possível afirmar que Clóvis:

- a) Poderá optar entre o adicional de periculosidade e o de insalubridade, mas não tem direito, como servidor público, ao adicional noturno.

- b) Possui os mesmos direitos aplicáveis aos trabalhadores da iniciativa privada.
- c) Terá direito à remuneração pelo serviço extraordinário, superior, no mínimo, a 50% à do normal, bem como ao adicional noturno, mas não ao adicional de periculosidade.
- d) Não poderá pleitear nenhum adicional, embora faça jus à redução dos riscos inerentes ao trabalho.
- e) Embora não tenha direito ao FGTS e ao seguro-desemprego, poderá requerer a remuneração relativa às horas extras trabalhadas, bem como o adicional de periculosidade.

**33.** Foi publicada lei federal estabelecendo regras específicas de organização da Defensoria Pública no âmbito do Distrito Federal e dos Estados. Entre as normas introduzidas pelo diploma organizatório, constam a previsão de submissão das respectivas propostas orçamentárias ao crivo do chefe do Poder Executivo local, que estaria incumbido de realizar, a seu critério, cortes e ajustes no projeto a ser posteriormente encaminhado ao Poder Legislativo, bem como a remuneração de seus membros por meio de subsídio, fixado em parcela única. De acordo com a Constituição Federal, a referida lei:

- a) Fere a autonomia orçamentária conferida às Defensorias Públicas Estaduais, bem como a determinação constitucional de remuneração de seus membros por meio de vencimentos.
- b) É válida, já que a Defensoria também se submete ao princípio da unidade, o que torna correta e necessária sua uniformidade normativa em todo o território nacional.
- c) Fere a autonomia orçamentária conferida à Defensoria Pública, que deverá elaborar sua proposta de forma conjunta em todos os níveis federativos e remetê-la ao Congresso Nacional, para aprovação.
- d) Seria constitucional, não fosse a autorização dada ao Poder Executivo para promover ajustes na mencionada proposta orçamentária, que somente poderia ser feita para adequá-la aos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) É inconstitucional, haja vista a autonomia de que dispõem os entes para estabelecer, com base na lei

federal de normas gerais, as regras de organização de sua Defensoria.

**34.** A Constituição Federal estabelece que são bens da União:

- a) As ilhas costeiras que contenham sedes de municípios.
- b) Em regra, as águas subterrâneas em depósito.
- c) As terras devolutas e o mar territorial.
- d) As ilhas fluviais e lacustres.
- e) Os potenciais de energia hidráulica e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

**35.** Lívio é empregado público de sociedade de economia mista municipal e Adalto é servidor efetivo de autarquia estadual. No tocante à remuneração e ao regime jurídico aplicável aos dois servidores, pode-se afirmar, com certeza, que:

- a) Ambos deverão se sujeitar ao limite remuneratório constitucional, referente ao subsídio dos Ministros do STF.
- b) A remuneração de Lívio não poderá ultrapassar o subsídio do prefeito de seu município.
- c) Apenas as parcelas indenizatórias de ambas as remunerações ficarão excluídas do teto constitucional.
- d) O salário de Adalto não poderá ser superior ao subsídio do desembargador do Tribunal de Justiça, caso em seu Estado tenha sido instituído o teto único.
- e) Lívio, caso venha a acumular seu emprego com alguma outra função pública, deverá observar o teto constitucional no que diz respeito ao somatório das remunerações.

**36.** Hércules e Zeus debatiam a respeito da hierarquia das normas no direito brasileiro. Hércules afirmava que a rigidez da Constituição, decorrente da supremacia material de suas normas, impede que tratados internacionais, aprovados conforme o rito previsto para as emendas, tratem de temas gravados por cláusulas pétreas. Zeus, por outro lado, sustentava que existem diversos níveis hierárquicos relativos às normas constitucionais.

Para ele, as cláusulas pétreas se sobrepõem às demais disposições constitucionais originárias, sendo estas superiores às normas derivadas. Os conceitos anteriormente apresentados merecem correção no que diz respeito:

- a) Aos argumentos apresentados por Hércules, apenas, já que, de fato, as cláusulas pétreas são dotadas de super-rigidez e, portanto, se sobrepõem às demais normas constitucionais.
- b) À afirmação feita por Hércules, já que os tratados internacionais que versam sobre Direitos Humanos, aprovados conforme o rito mencionado, integram, em razão de seu próprio conteúdo, o rol de cláusulas pétreas da Constituição.
- c) À afirmação feita por Hércules, já que a rigidez constitucional não decorre de sua supremacia material, bem como às conclusões de Zeus, já que não existe hierarquia entre normas constitucionais de qualquer espécie, exceto em relação aos dispositivos contidos no ADCT, com eficácia já exaurida.
- d) Aos argumentos apresentados por Zeus, apenas, já que todas as normas constitucionais se situam no mesmo patamar hierárquico, podendo, inclusive, ser objeto de controle de constitucionalidade.
- e) Aos argumentos apresentados por Hércules, mas apenas a título de complementação, já que os tratados internacionais somente serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre Direitos Humanos.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. O Código de Processo Civil apresenta, em seus dispositivos iniciais, normas fundamentais e princípios norteadores do processo civil. Assinale a alternativa que apresenta um princípio não expresso:

- a) Princípio Dispositivo.
- b) Princípio da identidade física do juiz.
- c) Princípio da primazia da decisão de mérito.
- d) Princípio da duração razoável do processo.
- e) Princípio da boa-fé.

38. O Código de Processo Civil prevê situações em que o juiz nomeará curador especial à parte. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O incapaz terá curador especial quando não tiver representante legal ou quando houver colisão de interesses.
- b) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- c) O juiz nomeará curador especial ao incapaz em qualquer situação, bastando a comprovação de sua incapacidade.
- d) A nomeação de curador especial ao réu revel preso ou ao revel citado por edital durará até o trânsito em julgado da ação.
- e) O curador especial representará o incapaz enquanto durar a ação judicial.

39. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Sobre os honorários sucumbenciais, assinale a alternativa correta:

- a) Não são devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento provisório da sentença, pois estes serão pagos quando do cumprimento definitivo.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, mas o juiz poderá estabelecer outros percentuais conforme seus próprios critérios de equidade.
- c) O grau de zelo do profissional, por trata-se de aspecto subjetivo para averiguação do magistrado, não será considerado quando da fixação dos honorários.
- d) O juiz considerará apenas o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa para fixação dos honorários advocatícios.
- e) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

**40.** O advogado poderá revogar ao mandado outorgado pela parte a qualquer tempo. Nesse caso:

- a) O advogado comunicará à parte a renúncia e ficará, de imediato, dispensado da representação judicial do outorgante.
- b) Caso a parte não concorde com a renúncia, o advogado continuará obrigado a representá-la em juízo, pois sua renúncia exige a concordância do outorgante.
- c) Durante os dez dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo
- d) Para que seja válida a renúncia ao mandato, o Código de Processo Civil exige a comunicação do advogado à parte em qualquer hipótese.
- e) Se a procuração tiver sido outorgada a vários advogados e um deles renunciar, a parte deverá outorgar novo instrumento para que possa continuar sendo representada pelos demais.

**41.** A assistência é uma das modalidades de intervenção de terceiros, sendo correto afirmar que:

- a) O Código de Processo Civil admite qualquer forma de interesse para intervenção do assistente no processo.
- b) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontra.
- c) O assistente poderá requerer que alguns atos processuais sejam anulados para que sua intervenção seja mais eficaz junto ao assistido.
- d) Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o processo será suspenso para que o juiz se manifeste quanto ao pedido do assistente.
- e) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse para intervir, o juiz suspenderá o processo e decidirá o incidente.

**42.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a possibilidade de celebração de negócio jurídico processual, pode-se afirmar:

- a) O negócio jurídico processual poderá ser celebrado em qualquer caso.
- b) O ajuste do procedimento deverá ser realizado antes do início do processo.
- c) O juiz controlará a validade das convenções sempre que for incitado a isso, sendo-lhe vedado agir de ofício.
- d) Visto que as partes devem ser capazes para a celebração do negócio jurídico processual, o Código de Processo Civil não impõe qualquer restrição ou vedação ao conteúdo a ser ajustado.
- e) O juiz poderá recusar aplicação do convencionalizado nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão, por exemplo.

**43.** Acerca dos pronunciamentos do juiz, assinale a alternativa correta:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em despachos, decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos.
- b) Os despachos são pronunciamentos do juiz praticados no processo e dependem de requerimento da parte.
- c) Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.
- d) O Código de Processo Civil veda que os pronunciamentos do juiz sejam proferidos oralmente, devendo ser escritos.
- e) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e obrigatoriamente revistos pelo juiz.

44. A citação será feita pelo correio, por oficial de justiça, pelo escrivão ou chefe de secretaria, por edital ou por meio eletrônico. Sobre a citação por edital, indique a alternativa correta:
- a) A citação por edital poderá ser feita ainda que conhecido ou certo o citando.
  - b) A citação por edital é cabível quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando.
  - c) Com o advento da internet e seu amplo uso pelo Judiciário, o Código de Processo Civil extinguiu a possibilidade de o juiz determinar a publicação do edital em jornal local.
  - d) Não há qualquer consequência caso a parte requeira a citação por edital dolosamente.
  - e) A lei prevê a utilização da citação por edital apenas em ações reais.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

45. Em relação à lei processual penal no tempo
- a) vigora o princípio do efeito imediato e em razão disso, as normas processuais penais têm aplicação imediata, mas consideram-se válidos os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior.
  - b) vigora o princípio do *tempus regit actum*, determinando as normas processuais penais devem retroagir para alcançar fatos anteriores.
  - c) vigora o princípio do *locus regit actum*, e em assim sendo, os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior devem ser refeitos.
  - d) é aplicável apenas aos fatos criminosos ocorridos após a sua vigência.
  - e) não terá aplicação imediata, salvo se para beneficiar o acusado.

46. A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

47. Sobre a ação penal pública condicionada à representação, é correto afirmar:

- a) A ação penal pública condicionada à representação é de titularidade do ofendido. Nada impede, contudo, que a representação seja oferecida por procurador.
- b) A representação é condição de procedibilidade para que se possa instaurar persecução penal em crime de ação penal pública condicionada. De acordo com o Código de Processo Penal, ela pode ser oferecida pessoalmente ou por procurador com poderes gerais.
- c) No caso de falecimento da vítima, o direito à representação passará apenas ao cônjuge, ascendente ou descendente e, na falta deles, será nomeado um advogado para exercer a função de curador especial.
- d) em sendo o ofendido declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge e aos herdeiros necessários, tão somente.

e) Se a vítima tiver 16 anos de idade no crime de ação penal pública condicionada à representação, esta deve ser oferecida por seu representante legal, mas apenas na forma escrita, a teor do que prescreve o art. 39 do Código de Processo Penal.

**48.** Sobre o Procedimento do Júri, assinale a opção correta:

a) O Magistrado, na decisão de pronúncia, pode deixar de examinar as circunstâncias qualificadoras do delito, observados os limites próprios do ato.

b) A decisão que absolver sumariamente o réu, nos casos preceituados no art. 397 do CPP comporta recurso em sentido estrito.

c) Contra a sentença de impronúncia caberá recurso de apelação.

d) O desaforamento do julgamento para outra comarca poderá ocorrer em razão do excesso de serviço, desde que seja comprovado que o julgamento não poderá ser realizado no prazo de 3 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

e) O juiz deve impronunciar o acusado quando houver prova de que ele não foi o autor ou partícipe do delito.

**49.** Após oferecida resposta à acusação pela defesa, se houver prova inequívoca de que a pessoa denunciada cometeu o crime abarcado por causa excludente de ilicitude, o Juiz deverá

a) abrir vista dos autos ao Ministério Público para aditar a inicial.

b) rejeitar a denúncia ou a queixa.

c) não poderá absolver sumariamente, pois é instituto exclusivo do procedimento do júri,

d) julgar extinta a punibilidade do agente.

e) absolvê-la sumariamente.

**50.** A prisão temporária é cabível (I) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; (II) quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade e (III) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em alguns crimes expressamente citados no texto da Lei no 7.960/90, entre eles

a) a corrupção ativa (CP, art. 333).

b) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (CP, art. 273).

c) a corrupção PASSIVA (CP, art. 317).

d) a concussão (CP, art. 316).

e) os contra o sistema financeiro (Lei no 7.492/86).

**51.** No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.

b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (qua-tro) anos.

c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.

d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.

e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

52. Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença
- do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
  - que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
  - que absolver sumariamente o acusado.
  - que pronunciar ou impronunciar o acusado.
  - que aceitar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP.

### LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Considere

- indicação, feita pelo Presidente, de servidor do Tribunal, bacharel em Direito, para provimento de cargo em comissão de Secretário-Chefe da Secretaria Geral;
- permuta ou remoção voluntária dos Desembargadores, de uma para outra Câmara;
- assuntos de ordem interna, mediante convocação especial do Presidente, para esse fim, por iniciativa própria ou a requerimento de um ou mais Desembargadores;
- permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- Apenas em I, II e III
- Apenas em I, II, III e IV
- Apenas I e II
- Todos os itens
- Apenas em I, III, IV e V

54. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, a transmissão via fax de petições relativas a ações originárias de 1ª instância, no Foro Central da Comarca da Capital, somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense no horário compreendido

- entre 11h e 18h,
- entre 12h e 18h
- entre 13h e 17h.
- entre 14h e 18h.
- em qualquer dia e qualquer horário.

55. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome que se dá ao instrumento que estabelece a comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente a Administração.

- Memorando
- Ofício
- Certidão
- Declaração
- Atestado

56. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral;

- rotina administrativa
- manual
- declaração
- atestado
- certidão

57. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a função correicional que consiste na fiscalização normal é denominada

- Correição-Geral Ordinária
- Correição-Geral Extraordinária
- Correição Ordinária
- Correição Extraordinária
- Visita Correicional

**58.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Ação Civil Pública será autua pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Palha

**59.** Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até

- a) 100 folhas
- b) 200 folhas
- c) 300 folhas
- d) 400 folhas
- e) 500 folhas

**60.** Art. 189. Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão

- a) 100 folhas
- b) 200 folhas
- c) 300 folhas
- d) 400 folhas
- e) 500 folhas

**Estratégia**  
Concursos



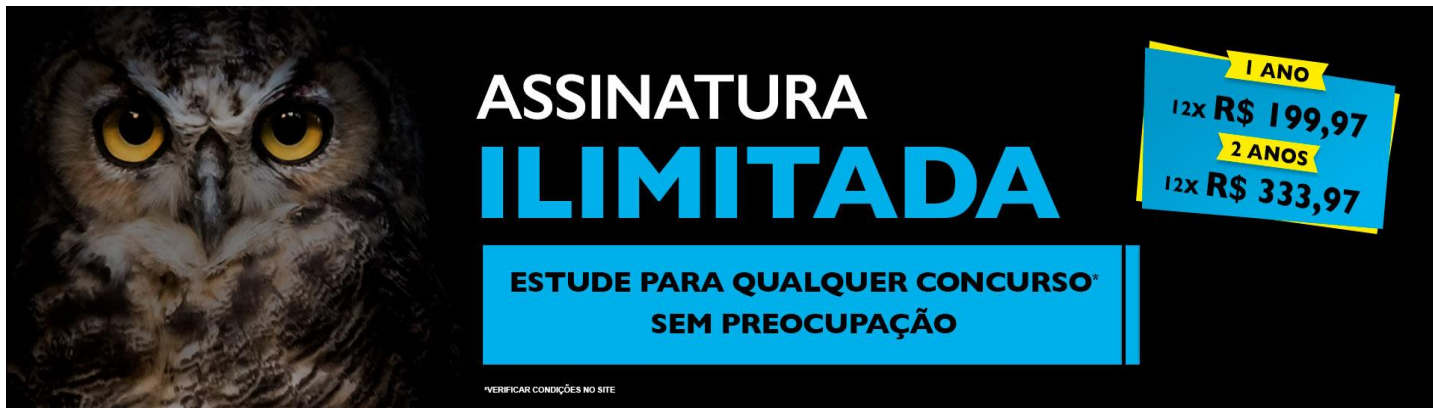
## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-19-04-20>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

Concursos



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE